



PLATAFORMA + EMPREGO

Relatório de Avaliação do Curso “Competências para a Integração”



Porto, Setembro de 2015

Enquadramento

A Plataforma+Emprego (P+E) é um projecto de trabalho colaborativo, da cidade do Porto, que agrega Organizações públicas, privadas e voluntários no sentido identificar, avaliar, acompanhar e, sobretudo, promover a inserção laboral de pessoas em situação de sem-abrigo com perfil e/ou indicadores de empregabilidade.

Esta estrutura (P+E) surge e está a ser desenvolvida no âmbito do Núcleo de Planeamento e Intervenção junto de Pessoas em situação de Sem-Abrigo do Porto, que junta mais de 60 entidades da cidade (públicas, privadas e voluntárias) em prol desta causa. Este núcleo foi criado a partir da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015, sendo que esta nos seus objectivos estratégicos defende, no 2º eixo, objectivo 7B – “Emprego – Disponibilizar soluções de formação profissional e de emprego adequadas”, a “Promoção do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais como forma de reverter situações de sem-abrigo, mobilizando de forma integrada e complementar diversas prestações técnicas de apoio ao emprego e diferentes medidas activas de emprego e formação”.

Tendo em vista dar continuidade à missão da P+E, que está plasmada no eixo acima referido, **decidiu-se unir esforços para implementar um projecto-piloto de formação com o objectivo de desenvolver um percurso formativo adaptado ao perfil das pessoas em situação de sem-abrigo, ainda a necessitar de formação em competências básicas.**

Assim, e face ao nosso vasto trabalho/intervenção junto da população sem-abrigo, temos vindo a verificar que os mesmos evidenciam necessidades de aquisição/reaprendizagem de competências ao nível saber estar e saber ser, isto é ao nível da comunicação e do relacionamento interpessoal.

Verificamos também que a oferta formativa a este nível apresenta-se demasiado formal e teórica, que não se torna atractiva e, por isso mesmo, com grande índice de desistências. Acresce ainda que a oferta formativa existente não inclui pessoas sem escolaridade ou sem comprovativo da mesma.

População-alvo

São pessoas em situação de sem-abrigo cujas competências de comunicação e de relacionamento interpessoal são desadequadas à integração socioprofissional, revelam dificuldades em cumprir horários, regras e encontram-se pouco motivadas, algo receosas em assumir compromissos de longo prazo, o que dificulta ou inviabiliza a integração em percursos longos de formação, nomeadamente os cursos de Educação e Formação de Adultos. São na sua maioria pessoas sem ou com baixa escolaridade.

Metodologia aplicada

Foi nosso objectivo criar um espaço de formação centrado no desenvolvimento de competências pessoais e sociais, em que os formandos pudessem expressar e desenvolver as suas capacidades/competências. Para isso, consideramos que o desenvolvimento da formação deveria decorrer em espaços não normativos, isto é, contrariar o local tradicional de uma sala de formação.

Por outro lado, consideramos que a utilização da expressão corporal através de jogos/dinâmicas teatrais e actividades de jardinagem seria uma nova abordagem que se apresentou como uma hipótese mais eficaz de desenvolver as capacidades/competências enunciadas.

Partindo destes pressupostos, e em conjunto com o parceiro IEFP, I.P., desenhamos um percurso curto de formação que visasse colmatar as dificuldades acima referidas e que fosse sentido como um compromisso realista por parte dos envolvidos. Assim, propôs-se a realização de uma formação no âmbito da Medida Vida Activa, denominada “Competências para a Integração”.

Atendendo à Medida formativa em questão (Vida Activa), assim como as regras inerentes à mesma, foi consensual que o apoio proveniente do IEFP – subsídio de alimentação, seria encarado como uma pequena bolsa, de forma a criar mais condições ao nível do rendimento disponível para os utentes/formandos e, assim, constituir também um factor de motivação.

Assim, estabeleceu-se, também, que a desistência do curso não seria penalizadora em termos de perda de apoios sociais e salvaguardasse a inscrição no Centro de Emprego. A eventual falta de assiduidade dos formandos não seria factor de exclusão, assumido apenas como penalização a não certificação da formação (Anexo I - “Projecto Piloto de Formação para Pessoas Sem-Abrigo – Competências para a Integração”).

Partimos do pressuposto que um formato de formação mais aberto e menos punitivo teria mais adesão e potencialidade para criar motivação genuína, uma vez que o curso não se apresentou como uma obrigatoriedade.

Descrição do processo formativo

O desenvolvimento da formação comportamental, centrada na expressão corporal e teatral, e da formação tecnológica – jardinagem, foi feito em simultâneo, pretendendo-se que todos os formadores trabalhassem os conteúdos em articulação, tendo por base a comparação do trabalho comportamental a operar no individuo, com o trabalho técnico na área da jardinagem. Este processo formativo culminou com a construção de um jardim/instalação simbólica da capacidade transformadora das pessoas.

Para a concretização desta formação a P+E auscultou diferentes estruturas com experiência de trabalho realizado junto de grupos vulneráveis, tendo optado por convidar a PELE – Espaço de Contacto Social e Cultural e a Associação Terra Solta.

A PELE por ser uma estrutura com experiência no desenvolvimento de projectos teatrais que “aposta na afirmação do teatro enquanto espaço privilegiado de diálogo e criação colectiva, norteando os processos de trabalho pelo princípio de colocar os indivíduos e as comunidades no centro da criação, potenciando processos de “empoderamento” individuais e colectivos” - com experiência demonstrada em diversos projectos comunitários.

A Associação Terra Solta pelo trabalho desenvolvido através da terra, criação de pequenas hortas e jardins, que se tem vindo a espelhar pelo envolvimento comunitário.

Em conjunto foi definido um percurso de formação com a duração de 200 horas que teve início em Dezembro de 2014 e terminou em Abril de 2015. A identificação dos utentes foi feita pela P+E junto dos gestores de caso da rede NPISA do Porto que, por sua vez, indicaram utentes com necessidades de formação ao nível de competências básicas.

Após a sinalização de 40 utentes por parte dos gestores de caso, estes foram convocados pelo IEFP e as entrevistas de avaliação aconteceram com a P+E. Deste universo foram seleccionados 20 utentes para a formação, tendo como critérios de selecção:

- dificuldade nas relações interpessoais e sociais;
- afastamento de redes de sociabilidade positivas;
- dificuldade em cumprir horários e regras;
- elevada taxa de desistência em cursos de formação;
- baixa taxa de frequência de formação;
- motivação para esta proposta formativa.

O curso decorreu em diferentes espaços da cidade, nomeadamente num edifício da União das Freguesias do Centro Histórico do Porto, na Casa da Rua (SCMP) e no Centro Integrado de Apoio à Deficiência (SCMP), este último local por disponibilizar espaço livre para a componente tecnológica/jardinagem (ver em anexo II).

Todo este processo terminou conforme estava previsto, com a exposição de um dos trabalhos elaborados e criados pelo grupo de formandos. Durante o percurso de formação foi debatido com os mesmos se queriam expor um dos trabalhos desenvolvidos durante o curso. Todo o grupo foi unânime na vontade de mostrarem o resultado do seu trabalho à cidade e, assim, pediram e sugeriram vários locais para a apresentação do trabalho final.

Assim, após debate com os formandos e formadores, escolheu-se o trabalho a apresentar, o local e o nome para o mesmo. Surge então o SALTA – Instalação Urbana, que esteve exposta desde o dia 10 a 20 de Abril de 2015 na Estação de Metro da Av. dos Aliados (ver em anexo III).

Processo de avaliação

Após término do curso, definiu-se um cronograma e um instrumento de avaliação para reunir com os gestores de caso e respectivos utentes/formandos. Assim, tivemos dois momentos de avaliação, um primeiro momento com o gestor do utente/formando e um segundo com o formando/utente, sendo que ambos aconteceram na semana seguinte do fim do curso (ver anexo IV).

Este processo foi importante para avaliar quais os objectivos atingidos, segundo a visão dos gestores de caso e dos formandos/utentes. Esta avaliação serviu também para, em conjunto, redefinir o Plano de Inserção de cada um.

No processo de avaliação final, em parceria com o IEFP, auscultámos os diferentes formadores acerca do desenvolvimento da formação e sobre os resultados alcançados pelos formandos. Com a interlocutora do IEFP, para este curso, foi também debatido o processo formativo.

Impacto e resultados obtidos:

- 75 % dos formandos concluíram o curso (dos 20 que iniciaram, 15 concluíram);
- os utentes demonstraram:
 - capacidade de cumprir horários e regras;
 - capacidade de assumir responsabilidades;
 - capacidade de assumir compromissos;
 - motivação para alterar o modo de vida;
 - melhoria da capacidade de expressão;
 - melhoria da capacidade de escuta;
 - melhoria da relação interpessoal;
 - melhoria da auto-estima.
- 4 formandos integrados em CEI+;
- 2 formandos integrados em trabalho temporário, sendo que a um dos formandos foi indicado iniciar processo de RVCC;
- 1 formando integrado em EFA;
- 3 formandos a tratar-se da integração em comunidade terapêutica;
- 2 formandos encaminhados para Centro de Reabilitação Profissional;
- 3 formandos feito o reforço, junto dos gestores, da necessidade de tratamento à adicção.

Evidências verificadas ao longo do curso e no processo de avaliação:

- a duração do curso foi considerada insuficiente por todos os intervenientes;
- a componente prática/tecnológica foi considerada insuficiente por todos os intervenientes;
- as técnicas de expressão corporal e teatral (componente comportamental) revelaram boa adesão dos formandos;
- o desenvolvimento da componente comportamental em articulação colaborativa com a formação tecnológica (jardinagem) revelou-se deficiente;
- as características socioprofissionais dos formadores influenciam directamente a adesão dos formandos;
- o território escolhido (Centro Histórico) revelou-se adequado;

- as características dos locais/acolhimento influenciam directamente o sucesso da formação;
- o modelo de atribuição dos títulos de transporte foi pouco eficaz;
- a regra de atribuição do subsídio de alimentação demonstrou-se desadequada;
- a mediação com os formadores revelou-se pouco suficiente;
- o atraso na atribuição de prestações pecuniárias da Acção Social influenciou negativamente a estabilidade dos formandos;
- os gestores de caso contribuíram na mediação para a resolução de pequenos conflitos.

Custos:

O presente projecto formativo beneficiou de apoios públicos, dirigidos à formação de adultos, provenientes do parceiro IEFP, investimento este que se encontra discriminado na tabela seguinte.

Custos Directos de Acção do IEFP, IP	
Formandos	3.381,53 €
Formadores	2.548,81 €
Outros Encargos (materiais)	844,53 €
TOTAL	6.774,87€

Por outro lado, houve outros gastos necessários à prossecução da acção de formação que não foram alvo de investimento acometido, pelo que esta equipe conseguiu maximizar recursos e ser bastante criativa para os conseguir. Contudo, deve-se realçar que foi possível porque se tratava de um projecto-piloto em que foi imperioso demonstrar a necessidade de fazer formação específica para este segmento de população.

Assim, entendemos ser relevante estimar o custo de uma série de bens e serviços que se tornaram imprescindíveis à concretização da formação.

Estimativas de Custos Complementares	
Aluguer de sala de formação (Junta de Freguesia S. Nicolau; SCMP: Casa da Rua e Centro Integrado de Apoio à Deficiência)	1000€
Vídeo (Instituto de Arte, Design e Empresa- Universitário)	600€
Design do Roll-up(Sérgio Marques)	200€
Impressão do Roll-up (SCMP)	50€
Aluguer de uma Estrutura Metálica (Associação PELE)	300€
Trabalho de técnicos/Recursos Humanos - 3 (768h)	7.065,60€
Alimentação – 35 almoços a 2.5€ para 17 formandos (SCMP)	1.487,50€
Deslocações	150€
Telefones	50€
TOTAL	10.903,10€

Há a acrescentar que a juntar a estes custos, a formação só se podia concretizar com as necessidades básicas asseguradas aos utentes/formandos, pelo que a subsistência desta população é garantida pela via dos Direitos Sociais e aqui estamos a falar do

Rendimento Social de Inserção (RSI) e ainda (porque este nível de protecção é insuficiente para garantir essa mesma subsistência) dos apoios da Acção Social (AS) para completar um rendimento mínimo que permita assegurar o alojamento e necessidades básicas.

Realçámos que estes utentes/formandos não tiveram qualquer apoio acrescido por parte da Acção Social, por estarem a frequentar esta formação, trataram-se de apoios que já estavam previstos pelos gestores de cada um.

Apoios provenientes do ISS, IP	
RSI (15 formandos)	2.672,25€/mês
Acção Social (9 formandos)	832,70€/mês
Apoios indirectos pela via de acordos (5 formandos)	1050€/mês
TOTAL	4.554,95€/mês

Conclusões:

“Competências para a Integração” foi o primeiro curso, projecto-piloto, destinado exclusivamente às pessoas em situação de sem abrigo. Sendo esta a primeira vez que se reuniram esforços de diferentes Instituições para o efeito, somos do parecer que os resultados foram claramente positivos, mormente consideramos a necessidade de melhorar algumas arestas para desenvolver formação neste âmbito.

Desenhada a formação, identificados os objectivos e escolhidos os formadores, deverá existir, à posteriori, um compromisso por parte dos formadores de apresentação do plano a desenvolver ao longo do curso (com eventuais ajustamento de acordo com o desenvolvimento do curso). De modo a que possamos mediar e monitorizar o desenvolvimento da formação, com menos riscos e mais eficácia na concretização dos objectivos identificados.

Constatamos também que um percurso formativo mais longo poderia beneficiar o trabalho realizado para e com os formandos, isto porque, ao contrário da nossa ideia inicial, a falta de regularidade das sessões de formação (3 vezes por semana) provocou alguma dificuldade em manter os níveis de motivação.

Por outro lado, e de acordo com a nossa experiência de trabalho com esta população, mais uma vez este projecto mostrou que temos que melhorar substancialmente a mediação com os formadores e formandos durante o desenvolvimento do curso. Tornou-se ainda evidente que o regular apoio/suporte social é imprescindível para o melhor funcionamento do curso.

Salientamos que não podemos arriscar iniciar um curso sem que haja a garantia de que os apoios pecuniários de âmbito social terão o valor digno para a cobertura ao nível das necessidades básicas, bem como a garantia que os mesmos são atribuídos atempadamente. Apoios de índole assistencialista dificultam uma intervenção que tem como objectivo a autonomização das pessoas.

Ainda em relação ao modelo de atribuição de apoios inerentes à formação é nosso parecer que os mesmos devem ser mais céleres e em datas ajustadas às necessidades dos formandos.

Tendo em conta as especificidades destas pessoas, somos ainda da opinião que se deveria repensar a regra do sistema de faltas que prevê, na eventualidade de faltarem meio tempo, a penalização no valor a atribuir no subsídio de alimentação.

As possibilidades criadas neste projecto-piloto, cujas regras acordadas para o desenvolvimento do mesmo fossem mais flexíveis, permitiu experimentar possibilidades mais inclusivas, a título de exemplo a falta de certificado de habilitações, entre outras, que foram expostas ao longo do relatório.

Consideramos que este tipo de formação deve ser replicada, face aos resultados alcançados com esta experiência piloto. Contudo, torna-se imprescindível o compromisso efectivo e implicado de todas as Instituições envolvidas (Públicas e Privadas), no sentido de que a formação adaptada às especificidades da população sem-abrigo seja uma resposta fundamental no processo de ressocialização.